



## Definição de presidência das comissões é adiada

Por falta de acordo entre os líderes, a definição pelos partidos ficou para a próxima semana. | 3

## Plenário aprova destaque ao CPC que restringe penhora on-line em contas

Emenda do deputado Nelson Marquezelli teve 279 votos favoráveis e 102 contrários

Pela emenda, fica excluída do texto do novo Código de Processo Civil (CPC) a possibilidade de o juiz determinar a penhora on-line de bens e valores em processos de execução de dívidas por meio de limi-

nar (a chamada tutela antecipada). Os deputados já aprovaram, no ano passado, o texto-base do CPC, mas ainda precisam concluir a análise de cerca de 30 destaques ao substitutivo do relator. | 3

Acervo Câmara dos Deputados



## Código de Mineração sem consenso

Relator do projeto do novo Código de Mineração, o deputado Leonardo Quintão tenta fechar um acordo com o governo para que o texto seja votado na comissão especial. Alguns líderes, no entanto, defendem a votação em Plenário sob o argumento de que a matéria é complexa e precisa de discussão ampla. | 4



LEIA ESTA  
EDIÇÃO NO  
CELULAR

Deputados lembram ação de Zilda Arns em Pastoral | 2

Promulgada emenda sobre médicos militares | 2

**CONGRESSO** | A PEC que originou a emenda foi aprovada pela Câmara na semana passada

# Emenda dos médicos militares vai beneficiar população nas fronteiras

O Congresso promulgou ontem uma emenda à Constituição (EC 77/2014) que permite aos médicos das Forças Armadas a acumulação de suas funções com outro cargo no âmbito civil. A alteração possibilita a esses profissionais reforçarem as equipes do Sistema Único de Saúde (SUS).

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, disse que essa mudança na Constituição atende o interesse público, uma vez que os profissionais de saúde militares assistem a população das regiões mais distantes e de difícil acesso do Brasil. Ele ressaltou que a assistência promovida pelas Forças Armadas nessas regiões é, na maioria das vezes, a única alternativa de atenção à saúde para seus habitantes.

**Evasão de médicos** - Alves também afirmou que, com o impedimento de acumular cargos, o atendimento nas regiões de fronteira ficava ameaçado pela possibilidade de evasão de profissionais de saúde militares. “Em nosso País, onde faltam médicos e outros profissionais de saúde em inúmeros municípios e lugares, é justo



Ananda Borges

Para Alves, o impedimento de acumular cargos favorecia a evasão dos profissionais

e muito adequado que se dê aos profissionais militares o mesmo tratamento constitucional reservado aos profissionais civis.”

Na avaliação de Henrique Alves, o texto aprovado é uma alternativa satisfatória tanto para os profissionais de saúde militares quanto para suas instituições. “A isonomia com os profissionais civis vai incentivar a permanência dos profissionais mi-

litares, com sua valiosa carga de experiências, nos quadros das Forças Armadas”, disse.

**Mais atendimentos** - Já o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), destacou que a possibilidade de acumular cargos vai aumentar o número de atendimentos médicos, com notável qualidade, devido à experiência dos militares em áreas com evidentes carências de atendimento.

**PASTORAL DA CRIANÇA** | Zilda Arns contribuiu no combate à desnutrição e ao trabalho infantil

## Zilda Arns é homenageada em sessão solene

O exemplo de vida e a metodologia adotada pela médica sanitária e pediatra Dra. Zilda Arns para combater a mortalidade infantil e a desnutrição foram lembrados em sessão solene que comemorou ontem os 30 anos de fundação da Pastoral da Criança. A médica morreu em 2010, vítima do terremoto que atingiu o Haiti.

“Ressalto o papel da Dra. Zilda, que com aguda inteligência e enorme sensibilidade social, desde os primeiros dias ministrava a capacitação de líderes voluntários, ensinando-lhes como abordar as mães sem preconceito e sem magoá-las”, disse o depu-



Zeca Ribeiro

Trabalho de Zilda Arns foi elogiado

tado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que propôs a solenidade. “Ela foi responsável por impregnar a pastoral com a

cultura da delicadeza e do espírito solidário”, completou Hauly.

Ligada à Igreja Católica e fundada em 1983, no Paraná, a Pastoral tornou-se um modelo de orientação e acompanhamento de gestantes e crianças de 0 a 6 anos. Conta atualmente com 202 mil voluntários de paróquias das pequenas e grandes cidades.

Em discurso enviado ao Plenário, o presidente Henrique Alves citou frase de um dos últimos pronunciamentos de Zilda Arns. “É a solidariedade e a fraternidade aquilo de que o mundo precisa para encontrar o caminho da paz”.

## AGENDA

QUARTA-FEIRA  
12 de fevereiro de 2014

### Gás natural

Reunião da Frente Parlamentar Mista Pró-Gás Natural sobre o tema: “O Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário – Pemat 2013-2022”. Auditório Freitas Nobre, 8h30

### Proteção à Saúde

A Comissão Especial da Proteção à Saúde e ao Meio Ambiente (PL 5013/13) reúne-se para apreciar o relatório. Plenário 12, 14h30

### Perda de mandato

A Comissão Especial sobre Perda Automática do Mandato (PEC 313/13) reúne-se para discussão e votação do relatório. Plenário 04, 14h30

### Seguro privado

Reunião da Comissão Especial de Normas Gerais Contrato Seguro Privado (PL 3555/04) para análise do relatório. Plenário 11, 14h30

### Situação de clubes

A comissão especial que analisa a criação do Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos debate a situação econômica dos clubes de futebol e das confederações. Plenário 10, 14h30

### Gestão das águas

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos promove debate sobre “Instrumento de gestão das águas”. Sala de Reuniões da Mesa Diretora, 15h

### Medicamentos

A Frente Parlamentar para a Desoneração dos Medicamentos promove ato público. Hall de Taquigrafia, 15h



LEIA AGENDA  
COMPLETA  
NO CELULAR

Created by Steele Agency

### Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)**

1ª Vice-Presidente  
**Andre Vargas (PT-PR)**

2º Vice-Presidente  
**Fábio Faria (PSD-RN)**

1º Secretário  
**Marcio Bittar (PSDB-AC)**

2º Secretário  
**Simão Sessim (PP-RJ)**

3º Secretário  
**Maurício Quintella Lessa (PR-AL)**

4º Secretário  
**Biffi (PT-MS)**

Suplentes: **Gonzaga Patriota (PSB-PE), Wolney Queiroz (PDT-PE), Vitor Penido (DEM-MG) e Takayama (PSC-PR)**

Ouvidor Parlamentar: **Nelson Marquezelli (PTB-SP)**

Procurador Parlamentar: **Claudio Cajado (DEM-BA)**

Corregedor Parlamentar: **Átila Lins (PSD-AM)**

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos: **Inocêncio Oliveira (PR-PE)**

Diretor-Geral: **Sérgio Sampaio de Almeida**

Secretário-Geral da Mesa: **Mozart Vianna de Paiva**

### SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **Sérgio Chacon (61) 3216-1500** [secom@camara.leg.br](mailto:secom@camara.leg.br)

#### Jornal da Câmara

Diretor de Mídias Integradas

Frederico Schmidt

Coordenador de Jornalismo

Antônio Vital

[jornal@camara.leg.br](mailto:jornal@camara.leg.br) | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1626

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA)



**PLENÁRIO** | Também foi votada moção de pesar pela morte de cinegrafista atingido por rojão em protesto no Rio

# Aprovada limitação a penhora on-line de contas

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 279 votos a 102 e 3 abstenções, emenda que impede o bloqueio de contas e investimentos bancários em caráter provisório. Só será autorizado o confisco de contas depois de o acusado ter sido condenado. O texto da emenda, de autoria do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), altera o projeto do novo Código de Processo Civil (CPC - PL 8046/10).

A norma atual e o projeto do relator, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), autorizam o juiz a bloquear as contas do réu já no início da ação, antes de ouvir a parte, para garantir o pagamento da dívida e impedir, por exemplo, que o devedor se desfaça dos bens. O bloqueio também é permitido no curso do processo, antes da sentença. Essas hipóteses ficam proibidas pela emenda aprovada.

Entre os 18 partidos ou blocos, apenas o PT, o Psol e o PCdoB orientaram contra emenda. Os deputados favoráveis argumentam que a Justiça abusa desse instrumento e congela preliminarmente as contas das pessoas antes de elas serem citadas. “Essa penhora hoje é motivo de falência ou de sufoco das empresas”, criticou o deputado Efraim Filho (DEM-PB). Laercio Oliveira (SDD-SE) ressaltou que a Justiça bloqueia con-



Dos 18 partidos ou blocos, apenas PT, Psol e PCdoB orientaram contra a emenda

tas de pessoas que foram sócias de uma empresa, mesmo que elas não tenham relação com a dívida.

Marquezelli, explicou que, hoje, com uma simples petição, bloqueiam-se saldos que uma pessoa tenha em qualquer banco. O juiz tem acesso a um sistema do Banco Central, o Bacen-Jud, que permite o congelamento das contas com um clique. “Isso é uma prática predatória”, disse.

Para o líder do PPS, deputado Rubens Bueno (PR), a penhora de contas é uma medida “violenta”, que só deve ser usada no final do processo.

O relator, Paulo Teixeira, criticou

a decisão do Plenário. Ele disse que vai tentar reverter a decisão no Senado e, se isso não for possível, o governo pode apelar para o veto. “Essa emenda impede uma ação rápida para o bloqueio do dinheiro, dando possibilidade à fraude. Espero que o Senado retire isso do texto”, afirmou.

**Simulador** – Mais cedo, o Plenário aprovou, por 321 votos a 4, o regime de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo 1263/13, do deputado Marcelo Almeida (PMDB-PR), que susta os efeitos da Resolução 444/13, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), a qual determina o uso de simuladores de direção pe-

las escolas de formação de motoristas. O projeto poderá ser votado na semana que vem.

A obrigatoriedade de aulas práticas em simuladores de direção veicular vale desde dezembro de 2013. Almeida afirma, no entanto, que a adoção do equipamento envolve alterações na estrutura física das autoescolas e aumento de custos de operação.

O líder do DEM, deputado Mendonça Filho (PE), defendeu o fim da obrigatoriedade do uso de simuladores. “É uma resolução que beneficia apenas quatro empresas e onera em 20% o estudante da autoescola.”

**Morte de cinegrafista** - Os deputados aprovaram, ainda, moção de pesar pela morte do cinegrafista Santiago Andrade, atingido na cabeça por um rojão quando registrava uma manifestação na quinta-feira (6), no Rio de Janeiro, contra o aumento das passagens de ônibus. O cinegrafista morreu na segunda-feira.

O autor da moção foi o líder do PSDB, deputado Antonio Imbassahy (BA). De acordo com o deputado, a moção valoriza “os valores da democracia, a necessidade de segurança para os profissionais de imprensa e o repúdio à barbárie a essa violência que, de repente, o Brasil está assistindo”.

**COMISSÕES** | Líderes partidários recuaram sobre a divisão da Comissão de Turismo e Desporto e falam em criar outras comissões

## Impasse entre PT e PSC adia definição sobre as presidências

Os líderes não chegaram a acordo ontem sobre a criação de uma comissão para acomodar o PSC, que perdeu espaço com a criação do Pros e do Solidariedade. Em razão disso, foi adiada para a próxima semana a decisão sobre a presidência das 21 comissões permanentes. As presidências das comissões são divididas de acordo com os tamanhos das bancadas – os maiores partidos têm mais comissões, além de escolherem antes.

Na semana passada, os líderes discutiram a divisão da Comissão de Turismo e Desporto em duas para contemplar o partido. O PT, a quem caberia chefiar o novo colegiado, cederia a vaga para o PSC. As negociações, no entanto, não prosperaram.

O líder do PT, deputado Vicentinho (SP), disse que a bancada não abre mão de presidir o novo colegiado. “Se for criada uma nova comissão, a presidência cabe ao PT, que é o maior partido, que tem direito pelo número de votos que recebeu. Isso está claro para nós. Não pode haver casuísmo”, argumentou. Vicentinho



Faltou acordo na reunião sobre a criação de nova comissão para o PSC, que perdeu espaço com o surgimento de novos partidos

cogitou a criação de duas comissões, uma para o PT e outra para ser cedida ao PSC. “Se não houver custo, isso é possível”, disse.

O líder do PSC, deputado André Moura (SE), se disse surpreso com a mudança de posição da bancada do PT e cobrou um acordo para manter o seu partido na presidência de um colegiado. “O PSC não pode, no último

ano, perder o direito de presidir uma comissão. Se o nosso problema não for resolvido, vamos cobrar o cumprimento do acordo do início da legislatura, que exclui partidos novos de comissões”, disse.

Moura criticou a postura do PT. “Essa atitude não os beneficia, já que só será criada uma nova comissão para atender ao PSC, e só nos pre-

judica.” Com isso, a possibilidade de fiação da comissão de Turismo e Desporto, segundo ele, foi descartada. “Trabalhamos com a divisão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em duas, ou do fatiamento da Comissão de Seguridade Social e Família”, disse.

Já Vicentinho prometeu repensar o posicionamento da legenda.



**MINERAÇÃO** | Relator quer fechar acordo com o Executivo para que a proposta seja votada na comissão especial

# Deputados discordam sobre votação de código

O relator do novo Código de Mineração (PL 5807/13), deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), busca um acordo com o governo para que o texto seja votado na comissão especial. Mas alguns líderes já defendem que o texto seja levado diretamente ao Plenário.

É o caso do líder do PMDB, deputado Eduardo Cunha (RJ), que aponta questões complexas que devem ser discutidas em Plenário. “Há divergências no conceito da economia de mineração, divergências do relator e do próprio governo no processo; e, ao mesmo tempo, uma discussão sobre se nós vamos ou não ter participação especial na mineração à semelhança dos royalties do petróleo. São temas complexos que podem permitir ou não a votação”, afirmou.

O relator da proposta, no entanto, argumenta que já obteve apoio de quase todos os setores, mas que o governo federal resiste em relação a alguns pontos como a ampliação da estrutura da nova Agência Nacional de Mineração. Para o deputado Leonardo Quintão, o governo quer apenas uma “troca de placa” com o fim do Departamento Nacional de Produção Mineral. No entanto, acrescenta ele, o órgão não dá conta hoje de toda a demanda por novos projetos. A arrecadação dos royal-



Arquivo Câmara

A arrecadação dos royalties da mineração deve passar dos atuais R\$ 2,3 bilhões para cerca de R\$ 10 bilhões em 4 anos

ties da mineração, segundo Quintão, deve passar dos atuais R\$ 2,3 bilhões para cerca de R\$ 10 bilhões em 4 anos.

“Eles não têm diárias para fazer as vistorias ou para fazer as fiscalizações. Então hoje o departamento está na UTI. Nós temos que tirá-lo da UTI e dar estrutura. Porque nós estamos falando de um setor que, junto com a agricultura, é um dos mais impor-

tantes para a economia brasileira. E o governo precisa entender isso. O Ministério do Planejamento apenas olha que estamos aumentando o gasto, mas não olha que o setor é de extrema importância para o Brasil”, afirmou.

Outro ponto de resistência do governo é a fixação das alíquotas de distribuição dos royalties na lei. O governo quer fazer a distribuição por

decreto. Quintão disse que essa garantia é importante e que o texto inova ao destinar 10% dos royalties para os municípios afetados pela mineração.

A comissão especial que analisa o código ouviu, em 40 audiências públicas, cerca de 300 representantes de empresários, trabalhadores, mineradores e dos estados. Eles sugeriram várias alterações ao texto.

## DISCURSOS

### Vilalba faz balanço de propostas aprovadas pela Câmara no ano passado

O deputado Vilalba (PP-PE) fez, em Plenário, um balanço das atividades da Câmara em 2013. Ele afirmou que, de acordo com o site da Casa, foram aprovados 232 projetos de lei, 32 em Plenário e 200 em caráter conclusivo nas comissões; 9 propostas de emenda à Constituição, 31 medidas provisórias, 26 projetos de decreto legislativo, 30 projetos de resolução e 5 projetos de lei complementar.

Para o deputado, das propostas relativas à Justiça, destacam-se o PL 2.214/11, que diminui a possibilidade de recursos na Justiça trabalhista; a PEC 544/02, que criou quatro tribunais regionais federais; e o PL 791/07, que permite que autoridades consulares brasileiras oficializem a separação e o divórcio consensual de brasileiros residentes no exterior. Nesta área, Vilalba citou ainda os PLs 2839/11 e 5.766/13, que dão prioridade de tramitação a processos penais sobre crimes hediondos; e o PL 3.465/12, que dá prioridade de tramitação a ações penais relativas a crimes de corrupção e a processos contra prefeitos.

Na área da educação, segundo o



Gustavo Lima

Vilalba: justiça, educação e saúde

deputado, as principais matérias aprovadas foram a que destina 75% dos royalties do petróleo à educação e 25% à saúde; e as que preveem a obrigatoriedade de formação em licenciatura específica para o professor de educação física da educação básica.

“Em saúde, o saldo também é positivo. A matéria de maior destaque foi a MP que criou o programa Mais Médicos, cujo objetivo é facilitar a contratação temporária de médicos estrangeiros para a atuação desses profissionais em municípios carentes, assim ampliando o atendimento do SUS, disse.

### Mauro Benevides pede aprovação da PEC da defensoria pública para todos

O deputado Mauro Benevides (PMDB-CE) elogiou a chamada PEC das Comarcas ou PEC da Defensoria para Todos, que tramita na Câmara. A proposta exige da União e dos estados que garantam a presença de defensores públicos em todas as sessões da Justiça federal e em fóruns da Justiça estadual (PEC 247/13). Atualmente, apenas 28% das comarcas brasileiras contam com defensores.

A Proposta de Emenda à Constituição fixa prazo de oito anos para que todas as unidades da federação instituam defensorias públicas. Enquanto isso, defensores que forem contratados deverão preencher prioritariamente as vagas nas regiões com maiores índices de exclusão social e concentração populacional. A PEC já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e por uma comissão especial. Agora, deve ser votada pelo Plenário.

Mauro Benevides afirmou que foi o primeiro signatário da PEC. Ele lembrou que as defensorias públicas foram criadas pela Constituição de 1988 e que são fundamentais para os menos favorecidos. “Essa proposta tem uma



Gustavo Lima

Benevides: defensorias para carentes

transcendência inquestionável. Ela vai permitir àqueles que são necessitados e carentes a oportunidade de ter alguém que lhes defenda aqueles direitos momentaneamente conspurcados e que precisam ser restabelecidos por meio das audiências de mediação, de entendimento e de conciliação”, afirmou Benevides.

O parlamentar lembrou ainda que, quando a conciliação não é possível, cabe ao defensor público esclarecer aquele direito que está sendo questionado e que não foi acertado pelas partes integrantes na conciliação.